

A economia brasileira realmente melhorou um pouco no bimestre março-abril, mas não saiu da recessão. "A recuperação não será rápida, nem se sabe qual será o motor do crescimento futuro", afirma a economista Maria Cristina Pinotti, da Universidade de São Paulo. O professor da FGV-SP e ex-secretário da Fazenda Nacional, Geraldo Gardenali, explica como a própria inflação e os juros que a antecipam podem complicar as coisas: "Quando a taxa referencial de juros (TR) incorporar uma inflação mais alta, o que deverá ocorrer entre maio e junho, este será um elemento inibidor da recuperação".

Logo em seguida aos choques econômicos, desde o Plano Cruzado, de fevereiro de 86, a economia registrou "bolhas de consumo", porque o congelamento estimula as compras. Isto se repetiu após o Plano Collor II mas em grau menor, devido às perdas salariais e ao desemprego. "Em março as vendas foram maiores, mas em abril o comércio já passou a vender menos", afirma Cristina Pinotti.

O boletim conjuntural de um importante grupo varejista avalia que o auge da recessão ocorreu em fevereiro. Para isso contribuiu a política monetária "passiva" (cujo objetivo básico não é controlar a quantidade de moeda que gira na economia, mas o patamar de juros). O resultado é que as taxas ficaram "num nível menos sufocante para as empresas". Juros menores deveriam empurrar as companhias para a busca de mais dinheiro emprestado, para com

ele refazer os estoques. Mas as empresas relutam. "A procura por crédito é mais forte do que há dois meses, mas está concentrada em poucos bons clientes. O que aumentou foi a oferta de crédito, e assim o cliente consultava meia dúzia de bancos para obter a melhor taxa", diz o presidente do Banco Pontual, José Baía Sobrinho.

Alguns indicadores do esfriamento da recessão são:

- a produção industrial parou de cair e já há estimativas de que a queda em 91 será de 5% (até março, ela atingiu 12% conforme a Confederação Nacional da Indústria);

- a produção agrícola poderá evoluir 3% neste ano;

- as exportações atingiram US\$ 2,6 bilhões em março e projetam US\$ 33 bilhões em 91, contra US\$ 31,4 bilhões em 90;

- a inflação menor reduz a perda do poder de compra dos salários e ela já é estimada num índice próximo a 10% ao mês

Inflação de abril foi de 7,81%, segundo a FGV.

A inflação de abril, medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), foi de 7,81%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula o indicador para o mercado financeiro. Por este índice, diminuiu o ritmo da inflação. Em março o IGP-M foi de 9,19%. A inflação acumulada no ano é de 67,67% e, em 12 meses, de 336,65%.

por bancos estrangeiros — um deles trabalha com a estimativa de 250% anuais; se tender aos 15% ao mês, são previstos novos choques.

Para empurrar o consumo com mais força, os economistas vêem um fator: a liberação dos cruzados novos a partir de setembro. Isto porque as liminares obtidas na Justiça desbloqueiam recursos insuficientes para estimular as compras ao ponto de mexer firme com a economia. Outra frente anti-recessiva é o aumento das receitas dos exportadores, que ajudou o Brasil a sair da crise de 81/83.

Mas há complicadores:

- os preços agrícolas já começam a avançar (+40% nos preços do milho e +15% no arroz), projetando mais pressões; as substituições de marcas de produtos pelo comércio (por outras mais caras) vai aparecer nos índices de preços e, entre maio e junho, calcula Cristina Pinotti, o governo voltará a subir as tarifas;

- a forma de cálculo da TR (que equivale a prever a inflação futura) antecipará uma alta dos juros que, por sua vez, desestimulará mais as empresas de tomarem dinheiro emprestado;

- os salários perderam 1/3 do valor e não terão recuperação rápida; faltará renda para uma retomada e, quando muito, as pessoas usarão pequenas economias para consumir antes que o congelamento acabe;

- os principais tomadores de crédito continuam sendo os estados e não as empresas privadas, segundo Baía Sobrinho. (F.P.J.)